1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 4695/2008

Processo: 1032/08.6TBFAF

Insolvência pessoa colectiva (requerida)
N/Referência: 1503437
Data: 27-06-2008
Requerente: Maria de Fátima Castro Nogueira e outro(s).
Insolvente: Packfaf, Unipessoal, L.da
Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Fafe, 1.º Juízo de Fafe, no dia 24-06-2008, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Packfaf, Unipessoal, L.da, NIF — 507488288, Endereço: Rua Tordesilhas, 99, 4820-387 Fafe, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

São administradores do devedor:

Joaquim Alberto de Freitas Pereira, Economista, NIF — 122954904, Endereço: Liquidatário Judicial, Av. D. João IV, Ed. Vila Verde, Bloco 1, 580, 1.º Esq, 4800-000 Guimarães

a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25. º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

27 de Junho de 2008. — O Juiz de Direito, *Sérgio Afonso C. Pimentel.* — O Oficial de Justiça, *Maria Isabel Novais.*

300482641

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Anúncio n.º 4696/2008

Processo: 346/08.0TBFAF — Insolvência pessoa colectiva (apresentação)

N/ referência: 1504113
Data: 26-06-2008
Insolvente: Fafegesso — Aplicações de Gesso, L.da
Efectivo com. credores: Fazenda Pública e outro(s).

Fafegesso — Aplicações de Gesso, L.da, NIF — 504573837, Endereço: Eirós, Quinchães, 4820-000 Fafe

Joaquim Alberto de Freitas Pereira, Endereço: Liquidatário Judicial, Av. D. João IV, Ed. Vila Verde, Bloco 1, 580, 1.º Esq, 4800-000 Guimarães

Ficam notificado todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado**.**

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

26 de Junho de 2008. — A Juíza de Direito, *Anabela Susana Ribeiro Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Rosa Rodrigues.*

300495748

TRIBUNAL DA COMARCA DE GRÂNDOLA

Anúncio n.º 4697/2008

Processo: 64/08.9TBGDL
Insolvência pessoa singular (Requerida)

Requerente: Auto-Sueco, L.da
Insolvente: António Raimundo Silvino

No Tribunal Judicial de Grândola, Secção Única de Grândola, no dia 03-06-2008, pelas 18 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

António Raimundo Silvino, NIF — 801191882, Endereço: R. da Fraternidade, Bairro do Arneiro, Lote 39, Grândola, 7570-000 Grândola, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Álvaro Brazinha Mochacho, Endereço: Rua Padre António Vieira 5-3.º, 1070-194 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 28-07-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Avocam-se para apensação todos os processos nos quais se tenha efectuado qualquer acto de apreensão ou detenção de bens compreendidos na massa insolvente — artigo 85.º n.º 2 do CIRE.

Uma vez que, por ora, não sabemos qual a dimensão da massa insolvente, ao abrigo do disposto no artigo 66.º n.º 2 do CIRE, não se procede à nomeação de comissão de credores.

Nos termos do disposto no artigo 88.º n.º 1 do CIRE, com a presente sentença fica vedada a possibilidade de instauração de qualquer acção executiva que atinja o património do devedor.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

27 de Junho de 2008. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida da Costa*. — O Oficial de Justiça, *Sara Parreira.*

300484601

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 4698/2008

Processo: 4049/07.4TBGMR — Insolvência pessoa colectiva (requerida)

N/Referência: 5072527
Data: 20-05-2008
Requerente: Vanessa Liliana da Silva Sousa Ferreira,
Insolvente: Critomada — Representações e Comércio, L.da, NIF — 506994597, Endereço: R. Arqueólogo Mário Cardoso Ed. Atlântida, Ent. A 1.º, Creixomil, 4800-000 Guimarães
Administrador de insolvência: Joaquim Alberto de Freitas Pereira, Endereço: Liquidatário Judicial, Av. D. João IV, Ed. Vila Verde, Bloco 1, 580, 1.º Esq, 4800-000 Guimarães

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Inexistência de património da requerida e deliberação da assembleia de credores realizada no dia 08-05-2008, nos termos do disposto nos artigos 230.º, n.º 1, al. *d*) e 232.º, n.º s 1 e 2 do CIRE.

20 de Maio de 2008. — O Juiz de Direito, *Jorge Fernando Matos Afonso Pereira Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Enes.*

300352441

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 4699/2008

Processo: 93/08.2TBGMR — Insolvência pessoa singular (Requerida)

Requerente: Onésimo Iglésias Pereira
Insolvente: Helder Jose Pereira Pinto

Convocatória de Assembleia de Credores, nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Helder Jose Pereira Pinto, casado (regime: Comunhão de adquiridos), NIF — 225666332, BI — 11535265, residente na Rua Monte Além, 72, 2.º Esq.º — Trás, Caldas das Taipas, 4800 Guimarães.

Administrador da Insolvência: Rogério Manuel Torres Ribeiro, Endereço: Rua Sónia e Robert Delaumay, 125-1.º-Dt.º, 4480-667 Vila do Conde.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 23-06-2008, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

5 de Maio de 2008. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Silva Rodrigues.* — O Oficial de Justiça, *Sandra Belisa Costa Salgado.*

300285917

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio n.º 4700/2008

Processo n.º 603/08.5TBILH — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: FRADALPOR — Com. de Alumínios, L.da
Insolvente: Rogério & Matos — Caixilharia de Alumínio, L.da

No Tribunal Judicial de Ílhavo, 1.º Juízo de Ílhavo, no dia 27 de Junho de 2008, às 10 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Rogério & Matos — Caixilharia de Alumínio, L.da, número de identificação fiscal 505647141, endereço: Rua de Eça de Queirós, 42, Gafanha da Nazaré, 3830-664 Ílhavo, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Rogério José Garrelhas Sarabando, estado civil casado, nascido(a) em 9 de Dezembro de 1968, número de identificação fiscal 172396328, endereço: Travessa da Rua Nova, n.º 4, Gafanha da Encarnação, 3830-515 Gafanha da Encarnação

Helena Lino de Matos Sarabando, estado civil desconhecido, nascido(a) em 12 de Julho de 1970, número de identificação fiscal 190626135, bilhete de identidade n.º 10666398, endereço: Travessa da Rua Nova, 4, 3830-515 Gafanha da Encarnação, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para administrador da insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Mariano Pires, endereço: Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 47, 1.º, 3810-087 Aveiro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado [alínea *i*) do artigo 36.º — CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

. A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).